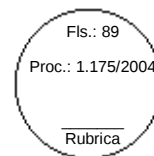




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



PROCESSO Nº 1.175/2004.

APENSO Nº 053.000.440/2002 – PENSÃO (CBMDF).

APENSO Nº 1.075/1981 – TCDF (REFORMA).

ÓRGÃO DE ORIGEM: Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF).

ASSUNTO: **Pensão Militar e Revisão de Pensão Militar.**

EMENTA: **Pensão militar** instituída pelo extinto Terceiro-Sargento BM reformado **OCTACILIO BENVENUTO DA SILVA**, matrícula nº 14.264-6, em favor de sua esposa e de seus filhos, sendo um estudante universitário, menor de 24 anos. Diligência inicial parcialmente cumprida. Nova diligência.

Cumprimento satisfatório da última diligência. **Legalidade com ressalva.**

Revisão para inclusão de filhas maiores do ex-militar e redistribuição do benefício pensional.

Cumprimento satisfatório de diligência. **Legalidade com ressalva.**

Parecer do Controle Interno pela legalidade da concessão inicial (fls. 99/101 – apenso-pensão).

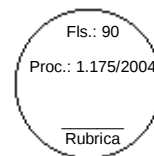
Senhor Diretor,

Trata o presente processo de concessão da **pensão militar** instituída pelo extinto Terceiro-Sargento BM reformado **OCTACILIO BENVENUTO DA SILVA**, matrícula nº 14.264-6, falecido em 16.12.2001, a contar dessa data, com proventos proporcionais ao tempo de serviço do instituidor (20 cotas de soldo de Terceiro-Sargento PM), a favor de **MARIA LILI ARAUJO DE SÁ BENVENUTO**, viúva, **JOÃO PAULO DE SÁ BENVENUTO** e **CLEDSON DE SÁ BENVENUTO**, filhos, o primeiro estudante universitário, menor de 24 anos (fls. 20/21 - apenso-pensão), na proporção de 1/3 (um terço) para cada beneficiário, após descontar 10% (dez por cento) a favor da Sra. **MARIA ELISABETH DA SILVA**, ex-esposa pensionada, a título de pensão alimentícia judiciária, nos termos dos artigos 37, inciso I, 39, § 1º, e 53 da Medida Provisória nº 2.218/2001, combinados com os artigos 40, §§ 7º e 8º, 42, § 2º, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20/1998, de acordo com ato publicado no DODF de 04.04.2002, alterado pelos atos publicados no BG de 17.07.2002 e no DODF de 02.09.2010.

2. **Revisão** para inclusão de **SUELI BENVENUTO DA SILVA** e **TANIA BEMVENUTO DA SILVA CORDEIRO**, filhas maiores de outro leito do instituidor, a contar de 09 e 08.11.2011, respectivamente (data do protocolo de seus



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



requerimentos: fls. 141/142 – apenso-pensão), e **JACQUELINE SÁ DA SILVA**, filha maior do ex-militar com a viúva, a contar de 21.11.2011 (data do protocolo de seu requerimento: fl. 143 – apenso-pensão), na proporção de 1/4 (um quarto) para cada filha, a mesma que passa a perceber a Sra. **MARIA LILI ARAUJO DE SÁ BENVENUTO**, viúva do extinto militar, nos termos do artigo 7º, inciso II, da Lei nº 3.765/1960 (redação original), combinado com o artigo 62, § 3º, da Constituição Federal, de acordo com ato publicado no DODF de 22.12.2011.

3. Em primeiro lugar, cumpre esclarecer que **as presentes concessões** estão sendo analisadas à luz do item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24.185/2007, no sentido de autorizar a 4ª ICE a simplificar os procedimentos relativos ao exame das concessões de aposentadorias, reformas e pensões.

4. Integram os autos os seguintes documentos essenciais:

- Certidão de óbito do instituidor: fl. 06 – apenso-pensão;
- Ato concessório: fl. 34 – apenso-pensão, retificado pelo ato de fl. 126 – apenso-pensão;
- Ato de alteração: fl. 50 – apenso-pensão;
- Ato de revisão: fl. 149 – apenso-pensão, publicação à fl. 150 – apenso-pensão;
- Demonstrativo de tempo de serviço: fls. 30/31 - apenso-reforma; e
- Títulos de pensão: fls. 147/148 – apenso-pensão.

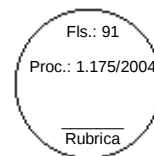
DA ÚLTIMA DILIGÊNCIA

5. O Tribunal, por meio do item III da Decisão nº 4.941/2011 (Sessão Ordinária nº 4.463, realizada em 04 de outubro de 2011), às fls. 79/80 deste feito e 132/133 do Processo CBMDF nº 053.000.440/2002, determinou o retorno dos autos ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a Corporação adotasse as providências seguintes:

- a) editar ato tornando sem efeito o item "2" do ato de fls. 50 do Processo CBMDF nº 54.000.440/2002;*



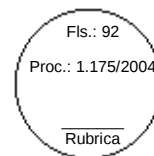
TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



- b) *elaborar novo título de pensão, em substituição aos títulos de fls. 35/38 do Processo CBMDF nº 54.000.440/2002, destinando a pensão militar em exame apenas à viúva e aos filhos do ex-militar, beneficiários inicialmente habilitados, na proporção individual de 1/3 (um terço);*
- c) *tornar sem efeito os documentos substituídos;*
- d) *excluir, do sistema de pagamento, a rubrica relativa ao desconto efetuado nos estipêndios da viúva, Sr^a. MARIA LILI ARAUJO DE SÁ BENVENUTO, única beneficiária atual da pensão em comento, a título de pensão alimentícia a favor da Sr^a. MARIA ELIZABETH DA SILVA;*
- e) *editar ato de revisão com vistas à respectiva inclusão, como beneficiária da pensão militar, a contar do primeiro dia do mês da edição do citado ato, com fulcro no artigo 7º, inciso I, da Lei nº 3.765/1960 (redação original), combinado com o artigo 62, § 3º, da Constituição Federal, da ex-esposa pensionada, Sr^a. MARIA ELIZABETH DA SILVA, no mesmo percentual determinado pelo poder judiciário (10%);*
- f) *contatar, em face das disposições da Decisão nº 727/2011, prolatada no Processo nº 1.162/2004, TÂNIA BENVENUTO DA SILVA e SUELI DA SILVA, filhas de outro leito do extinto militar, para que, caso queiram, se habilitem novamente à concessão em exame, posto que os requerimentos e as declarações de fls. 57/58 e 64/65 do Processo CBMDF nº 53.000.440/2002, respectivamente, são datados de 1º e 9 de agosto de 2002, anteriores, portanto, à data da mencionada Decisão nº 727/2011 (01.3.2011, publicada no DODF de 17.3.2011); providenciando, se for o caso, a edição de ato de revisão, incluindo-as no rateio do benefício, a contar da data de protocolo de seus respectivos requerimentos, nos termos da Decisão TCDF nº 4.013/2004, com fulcro no artigo 7º, inciso II, da Lei nº 3.765/1960 (redação original), combinado com o artigo 62, § 3º, da Constituição Federal, na proporção de 30% (trinta por cento) para cada beneficiária, a mesma que passa a perceber a viúva do ex-militar, Sr^a. MARIA LILI ARAUJO DE SÁ BENVENUTO, que deverá ser informada do fato; permanecendo a ex-esposa pensionada, Sr^a. MARIA ELISABETH DA SILVA, a perceber 10% do benefício;*
- g) *elaborar novo(s) título(s) de pensão, contemplando a(s) nova(s) situação(ões);*
- h) *a implantação, no SIAPE, dos correspondentes pagamentos, em demonstrativos próprios.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



6. Cumprindo os subitens “b” e “c”, a Corporação acostou aos autos o título de pensão de fl. 147 – apenso-pensão, que substituiu os títulos de fls. 35/38 – apenso-pensão, que foram tornados sem efeito.

7. Importa registrar que a Sra. MARIA ELISABETH DA SILVA, ex-esposa pensionada, faleceu em 06.05.2011 (fl. 135 – apenso-pensão), motivo pelo qual o desconto que era efetuado nos estípedios da viúva do ex-militar, Sra. MARIA LILI ARAUJO DE SÁ BENVENUTO, à época a única beneficiária da pensão em comento, a título de pensão alimentícia a favor da ex-esposa pensionada, cessou a contar do mês de junho de 2011 (fls. 83/84). Infere-se que também em razão do falecimento da Sra. MARIA ELISABETH DA SILVA, o jurisdicionado deixou de cumprir as determinações contidas nos subitens “a” e “e”.

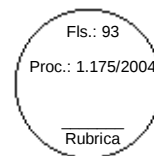
8. Em cumprimento aos subitens “f” e “g”, o jurisdicionado juntou ao Processo CBMDF nº 053.000.440/2002 os seguintes documentos: a) as correspondências de fls. 136/140 – apenso-pensão; b) os requerimentos da pensão militar, conjugados com as declarações que não percebem proventos ou pensões dos cofres públicos (fls. 141/143 – apenso-aposento); c) cópias dos documentos de identificação e títulos eleitorais das filhas SUELI BENVENUTO DA SILVA, TANIA BENVENUTO DA SILVA CORDEIRO e JACQUELINE SÁ DA SILVA (fls. 144/146 – apenso-pensão; d) o título de pensão de fl. 148 – apenso-pensão; e) o ato de revisão de fl. 149 – apenso-pensão, publicado no DODF de 22.12.2011 (fl. 150 – apenso).

9. Vale ressaltar que, consoante as disposições do subitem “h”, as filhas do ex-militar (SUELI BENVENUTO DA SILVA, TANIA BENVENUTO DA SILVA CORDEIRO e JACQUELINE SÁ DA SILVA) passaram, de fato, a perceber o benefício pensional instituído por seu genitor, na proporção individual de $\frac{1}{4}$ (um quarto), a mesma que a viúva, Sra. MARIA LILI ARAUJO DE SÁ BENVENUTO, passou a perceber (fls. 85/88).

10. Cabe frisar que a Corporação incluiu como beneficiária da presente concessão JACQUELINE SÁ DA SILVA, filha maior do ex-militar com a viúva (fls. 76/77 e 146 – apenso-pensão), também com fulcro no artigo 7º, inciso II, da Lei nº 3.765/1960 (redação original), combinado com o artigo 62, § 3º, da Constituição Federal, nos termos do ato de fl. 149 – apenso-pensão (publicação à fl. 150 – apenso-pensão).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



11. Aplicando-se ao presente caso as disposições da Decisão nº 6.598/2010, exarada no Processo TCDF nº 18.119/2005 (entendimento confirmado pela Decisão TCDF nº 1.577/2011, proferida no Processo nº 19.122/2007), que ocorrendo habilitação de filha(s) maior(es) de ex-militar com a viúva e/ou companheira pensionista(s) e de filha(s) maior(es) de outro leito, elas podem participar do rateio da concessão, a contar de seu início ou da data do(s) requerimento(s), no caso de habilitação tardia, entende-se correto esse procedimento adotado pelo CBMDF.

DO EXAME DAS CONCESSÕES

12. A fundamentação legal inserida no ato concessório de fl. 34 - apenso-pensão, alterado/retificado pelo atos de fls. 50 e 126 – apenso-pensão, e no ato de revisão de fl. 149 – apenso-pensão (publicação à fl. 150 – apenso-pensão), encontra-se correta.

13. O tempo de serviço do ex-militar, todo prestado à Corporação, já apreciado pelo Tribunal, foi de 7.323 dias, equivalentes a 20 anos e 23 dias, segundo o demonstrativo de tempo de serviço de fls. 30/31 – apenso-reforma.

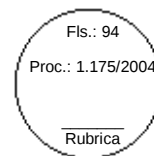
14. Quanto aos títulos de pensão de fls. 147/148 – apenso-pensão, importa ressaltar que a regularidade de suas parcelas será verificada na forma do disposto no citado Processo nº 24.185/2007.

15. Pelo exposto, sugere-se ao egrégio Tribunal:

- I) ter por satisfatoriamente cumprido o item III da Decisão nº 4.941/2011;
- II) considerar **legais**, para fins de registro, **as concessões em exame**, ressaltando que a regularidade das parcelas dos títulos de pensão de fls. 147/148 do Processo CBMDF nº 053.000.440/2002 será verificada na forma do item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24.185/2007; e



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
DIVISÃO DE ACOMPANHAMENTO



III) autorizar o arquivamento do presente feito e a devolução dos autos apensos à origem.

À consideração superior.

Brasília, 06 de março de 2012.

Estêvão Eli Vieira dos Santos
Auditor de Controle Externo
Mat. nº 674-2